

Fhidro deve ser prorrogado por cinco anos

O Governo de Minas, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), deve encaminhar à Assembleia Legislativa uma proposta de prorrogação da validade do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro), por mais cinco anos. A adaptação da proposta é fruto das discussões conduzidas com a sociedade civil no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e visa garantir a continuidade das políticas de proteção ao patrimônio ambiental de Minas Gerais. Segundo o disposto no art. 5º da Lei 15.910 de 2006, que criou o Fhidro, ficou estabelecido o prazo de 12 anos para o fundo, e a prorrogação é importante para garantir a continuidade do financiamento de projetos de recuperação e proteção dos recursos hídricos. Segundo o secretário adjunto da Semad, Germano Vieira, desde a reunião do Conselho, realizada em 16 de outubro, existe o empenho para garantir que o Fhidro se mantenha como Fundo independente, sem migração a qualquer outro, e que seja prorrogado, não apenas por poucos meses. "Adicionalmente, iremos em 2018 propor uma revisão das regras operacionais do Fundo, buscando incrementar sua efetividade e melhor distribuição dos recursos", afirmou.

Copasa se manifesta contra MP que revisa Lei do Saneamento

Assim como a ABES, a Copasa considera que a revisão do Marco Legal do Saneamento, modificando importantes aspectos das Leis Federais 9.984/00 e 11.445/2007, não deve se dar por meio de Medida Provisória. As mudanças afetarão significativamente as atividades da empresa e têm claro direcionamento para a privatização do setor. A MP contém pontos que ferem o pacto federativo e cria obstáculos adicionais ao financiamento do setor, ao mesmo tempo em que menciona criação de fundos para universalização do saneamento, alienação de controle acionário de empresas estatais, entre outros temas que carecem de amplo debate. Outro problema é o dispositivo que obriga o Município a consultar previamente a iniciativa privada sobre o interesse em operar o sistema, em substituição à empresa estadual ou municipal. Os Municípios superavitários seriam disputados pelas empresas privadas e os demais ficariam com as Companhias Estaduais, afetando diretamente o preço das tarifas para os mais necessitados. O subsídio cruzado é o sistema que permite aplicar um único preço para todos os municípios de um Estado, onde as operações rentáveis compensam as deficitárias. A ABES enviou uma carta ao Ministério das Cidades, sugerindo que a revisão do Marco Legal do Saneamento seja por meio de Projeto de Lei. A medida provisória também pode ser considerada ato inconstitucional enquanto o projeto de lei abre o debate no Legislativo e permite maior participação da sociedade.



Membros da Câmara avaliam Plano de Aplicação Plurianual

CTPP debate projetos para a bacia do São Francisco

A proposta de futuros estudos e projetos para o rio São Francisco foi o assunto de destaque da reunião da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), realizada nos dias 13 e 14 de novembro, em Belo Horizonte (MG). Os membros da CTPPP apresentaram as propostas das fichas de execução para a criação dos grupos de trabalho dos eixos que são propostos pelo Plano de Aplicação Plurianual (PAP). A coordenadora da CTPPP, Ana Catarina Lopes Azevedo, explicou que o PAP dos recursos hídricos da Bacia do Velho Chico para o período de 2018 a 2020 será votado na próxima plenária, que acontecerá em Paulo Afonso (BA), em 07 e 08 de dezembro de 2017. "A CTPPP está reunida para avançar nas discussões dos grupos de trabalho. Após a aprovação do PAP faremos os ajustes necessários nas fichas de trabalho". Ana Catarina acrescentou ainda que a CTPPP progrediu nas discussões sobre o cadastro de usuários da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O representante da ABES-MG, junto ao CBH São Francisco, Márcio Tadeu Pedrosa, participou da reunião. Leia mais: www.abes-mg.org.br

BH sedia III Encontro Internacional de Revitalização de Rios

Belo Horizonte recebeu, entre 28 e 30 de novembro, importantes nomes da academia nacional e internacional, que pesquisam temas sobre a revitalização de rios em todo o mundo. O III Encontro Internacional de Revitalização de Rios e o I Encontro das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais tiveram como objetivo apresentar as melhores experiências sobre a preservação e revitalização de rios no mundo, tanto no campo quanto na cidade – dentro da concepção sistêmica de bacia hidrográfica, evidenciando, ainda, esta realidade no estado de Minas Gerais. Participaram das palestras estudantes, gestores públicos, membros de comitês de Bacias Hidrográficas, ONGs, acadêmicos, e público em geral. Entre os palestrantes, os associados da ABES-MG, os Profs. Marcos Von Sperling, que abordou a despoluição de bacias hidrográficas, e José Cláudio Junqueira Ribeiro, que apresentou os 20 anos da Lei das.